



**Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO**

LEI MUNICIPAL Nº 1009/2009, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO
CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO
AMBIENTE, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

GABRIEL JEVINSKI, Prefeito Municipal de Paulo Bento, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, faço saber, que a Câmara Municipal de Vereadores, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o **CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**, integrante do Sistema Nacional e Estadual do Meio Ambiente com o objetivo de manter o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo, preservá-lo e recuperá-lo para as presentes e futuras gerações.

§1º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente é órgão consultivo, deliberativo e normativo, no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais propostas nesta e demais leis correlatas do Município.

§2º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente terá como objetivo deliberar sobre a gestão da Política Municipal do Meio Ambiente, com o apoio dos serviços administrativos da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente deverá observar as seguintes diretrizes:

- I** – interdisciplinariedade no trato das questões ambientais;
- II** – participação comunitária;
- III** – promoção da saúde pública e ambiental;
- IV** – compatibilização com as políticas do meio ambiente nacional e estadual;
- V** – compatibilização entre as políticas setoriais e demais ações do governo;
- VI** – exigência de continuidade, no tempo e no espaço, das ações de gestão ambiental;



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO

VII – informação e divulgação obrigatória e permanente de dados, condições e ações ambientais;

VIII – prevalência do interesse público sobre o privado;

IX – propostas de reparação do dano ambiental independentemente de outras sanções civis ou penais.

Art. 3º - Ao Conselho Municipal do Meio Ambiente compete:

I – propor diretrizes para a Política Municipal do Meio Ambiente;

II – colaborar nos estudos e elaboração dos planejamentos, planos, programas e ações de desenvolvimento municipal e em projetos de lei sobre parcelamento, uso e ocupação do solo, plano diretor e ampliação de área urbana;

III – estimular e acompanhar o inventário dos bens que deverão constituir o patrimônio ambiental (natural, étnico e cultural) do Município;

IV – propor o mapeamento das áreas críticas e a identificação de onde se encontram obras ou atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras;

V – avaliar, definir, propor e estabelecer normas (técnicas e legais), critérios e padrões relativos ao controle e a manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, de acordo com a legislação pertinente, supletivamente ao Estado e à União;

VI – promover e colaborar na execução de programas intersetoriais de proteção ambiental do Município;

VII – fornecer informações e subsídios técnicos relativos ao conhecimento e defesa do meio ambiente, sempre que for necessário;

VIII – propor e acompanhar os programas de educação ambiental;

IX – promover e colaborar em campanhas educacionais e na execução de um programa de formação e mobilização ambiental;

X – manter intercâmbio com as entidades públicas e privadas de pesquisa e atuação na proteção do meio ambiente;

XI – identificar e comunicar aos órgãos competentes as agressões ambientais ocorridas nos municípios, sugerindo soluções reparadoras;

XII – assessorar os consórcios intermunicipais de proteção ambiental;

XIII – convocar as audiências públicas nos termos da legislação;

XIV – propor a recuperação dos recursos hídricos e das matas ciliares;

XV – proteger o patrimônio histórico, estético, arqueológico, paleontológico e paisagístico;

XVI – exigir, para a exploração dos recursos ambientais, prévia autorização mediante análise de estudos ambientais;

XVII – opinar sobre qualquer matéria concernente às questões ambientais dentro do território municipal e acionar, quando necessário, os



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO

organismos federais e estaduais para a implantação das medidas pertinentes à proteção ambiental local;

XXVIII – analisar e relatar sobre os possíveis casos de degradação e poluição ambientais que ocorram dentro do território municipal, diligenciando no sentido de sua apuração e, sugerir à Administração Municipal que julgar necessárias;

XIX – incentivar a parceria do Poder Público com os segmentos privados para gerar eficácia no cumprimento da legislação ambiental;

XX – pronunciar-se sobre o recolhimento, seleção, armazenamento, tratamento e eliminação do lixo doméstico, industrial, hospitalar e de embalagens de fertilizantes e agrotóxicos no Município, bem como a destinação final dos efluentes em mananciais;

XXI – opinar sobre a instalação ou ampliação de indústrias nas zonas de uso industrial saturadas ou em vias de saturação;

XXII – sugerir vetos a projetos inconvenientes ou nocivos à qualidade de vida municipal;

XXIII – cumprir e fazer cumprir as leis, normas e diretrizes municipais, estaduais e federais de proteção ambiental;

XXIV – zelar pela divulgação das leis, normas, diretrizes, dados e informações ambientais inerentes ao patrimônio natural, cultural e artificial municipal;

XXV – opinar sobre o licenciamento ambiental na fase de localização, funcionamento e ampliação de quaisquer tipos de empreendimentos que possam comprometer a qualidade do meio ambiente;

XXVI – recomendar restrições a atividades agrícolas ou industriais, rurais ou urbanas, capazes de prejudicar o meio ambiente;

XXVII – decidir, em instância de recurso, sobre as multas e outras penalidades impostas pelo órgão ambiental municipal competente;

XXVIII – analisar anualmente o relatório de qualidade do meio ambiente municipal;

XXIX – criar mecanismos que incentivem a organização da sociedade civil em cooperativas, associações e outras formas legais para democratizar a participação popular no Conselho Municipal do Meio Ambiente;

XXX – gerir e participar das decisões sobre a aplicação dos recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente, propondo critérios para a sua programação e avaliando os programas, projetos, convênios, contratos e quaisquer outros atos que serão subsidiados pelo mesmo;

XXXI – fazer gestão junto aos organismos estaduais e federais quando os problemas ambientais dentro do território municipal ultrapassem sua área de competência ou exija medidas mais tecnológicas para se tornarem mais efetivas;

XXXII – convocar ordinariamente a cada 02 (dois) anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros a Conferência



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO

Municipal Ambiental, que terá a atribuição de avaliar a situação da preservação, conservação e efetivação de medidas voltadas ao meio ambiente e, como consequência propor diretrizes a serem tomadas;

XXXIII – acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e de desempenho dos programas a serem desenvolvidos;

XXXIV – elaborar e aprovar o seu Regimento Interno.

Art. 4º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente será constituído por 06 (seis) conselheiros que formarão o colegiado, obedecendo-se à distribuição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil Organizada, a saber:

I – Poder Público:

01(um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;

01(um) representante da Secretaria Municipal de Obras, Habitação e Trânsito;

01(um) representante da Secretaria Municipal da Agricultura, Fomento Agropecuário e Meio Ambiente.

II – Sociedade Civil Organizada:

01(um) representante da Emater;

01(um) representante da Associação de Moradores de Paulo Bento;

01(um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

§1º - Os representantes da Sociedade Civil Organizada obedecerão à rotatividade de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§2º - As entidades com assento junto ao Conselho Municipal do Meio Ambiente farão indicação de seus representantes, nominando o titular e seu respectivo suplente.

§3º - Os representantes do Poder Público – titular e suplente – serão indicados pelo Prefeito Municipal.

§4º - A estrutura do Conselho Municipal do Meio Ambiente será composta por um Presidente, Vice-Presidente e Secretaria Executiva, escolhidos dentre seus membros, conforme estabelecido em Regimento Interno.

§5º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente poderá instituir, sempre que necessário, câmaras técnicas em diversas áreas de interesse, e,



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO

ainda, recorrer a técnicos e entidades de notória especialização em assuntos de interesse ambiental.

§6º - Os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente terão mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos uma única vez.

§7º - O exercício das funções de membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente será gratuito por se tratar de serviço de relevante interesse público.

Art. 5º - A plenária reunir-se-á em caráter ordinário e extraordinário, como dispuser o Regimento Interno do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

§1º - A plenária poderá ser convocada extraordinariamente por seu Presidente ou por solicitação de 1/3 (um terço) de seus conselheiros, respeitando o Regimento Interno.

§2º - Na ausência do Presidente da plenária, este será substituído pelo Vice-Presidente.

§3º - A plenária se reunirá com o *quorum* mínimo de metade mais um de seus membros, deliberando por maioria simples, em primeira convocação e, em segunda, com o número de conselheiros presentes, sendo fundamentado cada voto.

§4º - As decisões da plenária serão formalizadas em resoluções e outras deliberações, sendo imediatamente publicadas no órgão oficial do Município (se houver) ou no quadro de avisos oficiais.

§5º - Cada membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente terá direito a um único voto na sessão plenária.

Art. 6º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente pode manter com órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal estreito intercâmbio com o fim de receber e fornecer subsídios técnicos relativos à defesa do meio ambiente.

Art. 7º - O Conselho Municipal do Meio Ambiente, sempre que cientificado de possíveis agressões ambientais, diligenciará no sentido de sua comprovação e das providências necessárias.

Art. 8º - As sessões do Conselho Municipal do Meio Ambiente serão públicas e os atos e documentos deverão ser amplamente divulgados.



Estado do Rio Grande do Sul
MUNICÍPIO DE PAULO BENTO
PODER EXECUTIVO

Art. 9º - Dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias após sua instalação, o Conselho Municipal do Meio Ambiente elaborará e aprovará seu Regimento Interno, que deverá ser oficializado por Decreto do Executivo.

Parágrafo único - A instalação do Conselho Municipal do Meio Ambiente e a nomeação dos conselheiros ocorrerá no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data de publicação desta Lei.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei Municipal nº 687/2007 e 796/2008.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Bento, RS, aos dezessete dias do mês de Dezembro dois mil e nove.

GABRIEL JEVINSKI
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Data Supra.

José Piovesan Neto
Secretário Municipal de Administração e Planejamento